



# Dias melhores virão, *apostam* jovens engenheiros

*Crise causa apreensão, mas não desanima estudantes e recém-formados, que acreditam na retomada da economia e na relevância da profissão para terem oportunidade no mercado de trabalho. Página 5*



# *Resistir à deformação* do mundo do trabalho

A LEI 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista recentemente aprovada no Congresso e sancionada pelo governo, entrará para a história como um marco de retrocesso social e econômico no Brasil. Vendida como modernizadora, a mudança configura na realidade um atraso indiscutível cujas consequências serão a precarização da mão de obra, a piora das condições de vida da população e a perda de eficiência e competitividade pelas empresas nacionais, ao contrário do que tem sido propagado. Entre as alterações feitas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estão a legalização da atividade intermitente, que transforma o trabalho em mercadoria a ser vendida por hora, a criação da figura do autônomo exclusivo, tornando oficial a pejotização, e a ampliação da terceirização.

**Eng. Murilo Pinheiro**  
*Presidente*

Ainda, facilita a demissão imotivada, restringe o acesso do trabalhador à Justiça e cria inacreditavelmente um termo de quitação anual de obrigações trabalhistas. Essas são apenas algumas das inúmeras mudanças que significam a perda de garantias conquistadas em décadas. A cereja desse bolo é a simbólica liberação de trabalho insalubre para gestantes.

Não bastasse retirar um conjunto de direitos, a lei ainda cria a regra da

*Retomar a luta unitária do movimento sindical para evitar que medidas prejudiciais aos trabalhadores se concretizem.*  
*Aos profissionais, cabe fortalecer suas entidades representativas e a ação coletiva.*

missão de representantes sem vínculo sindical e revoga a presença do sindicato na rescisão do contrato de trabalho. Estabelece ainda negociação individual e não mais coletiva para trabalhadores com salários maiores.

Ou seja, a decantada reforma revela-se uma deformação do mundo do trabalho. No entanto, embora tenha sido perdida a batalha no Congresso Nacional, que aprovou uma matéria de caráter totalmente antissocial, a luta não terminou. É preciso resistir para que os efeitos nefastos da medida não se concretizem. Para isso, deve haver o reagrupamento do movimento sindical com a retomada da luta unitária. Diversos dispositivos da lei já foram denunciados como inconstitucionais e devemos levar a questão à Justiça. Também, os sindicatos devem buscar organizar e mobilizar suas bases para, em cada segmento, em cada empresa, resistir à aplicação de medidas que prejudiquem os trabalhadores. Aos profissionais, cabe fortalecer suas entidades representativas e a ação coletiva.

prevalência do “negociado sobre o legislado”. Ou seja, além dos prejuízos já impostos pelo Congresso, o trabalhador pode ter outros, a depender da correlação de forças no momento da negociação coletiva.

Como não houve ponto sem nó nesse projeto de regressão, a reforma trabalhista também busca fragilizar a organização sindical. E isso se dá para além da eliminação da contribuição obrigatória, uma das fontes de custeio das entidades. Por exemplo, cria co-



**JORNAL DO ENGENHEIRO** — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fofolito e impressão: **ANATEC** PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS





# NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA CESP, EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO

Oswaldo Passadore

EM 5 DE DEZEMBRO DE 1966 é constituída a Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp). Nesse momento, tem-se o início de uma história de desenvolvimento, liderança e de referência no setor elétrico paulista e brasileiro. A partir de 27 de outubro de 1977, a Cesp muda sua razão social para Companhia Energética de São Paulo, tem um espaço aberto para atuar no desenvolvimento e fornecimento de outras fontes alternativas, tais como metanol e hidrogênio, iniciando-se assim um reconhecimento mundial devido ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de geração, distribuição e transmissão.

Trabalhos desenvolvidos no planejamento e operação do sistema elétrico, na área de meio ambiente e hidrovias, serviram de referência ao setor energético brasileiro e até da América do Sul.

Com a ascensão de Mário Covas ao Governo de São Paulo, através da Lei Estadual 9.361/96, tem-se o início do processo de privatização da Cesp, cuja coordenação fica a cargo do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (PED), coordenado por Geraldo Alckmin. Em 1998, a Elektro, empresa de distribuição, vai a leilão. A Cesp passa em 1999 por uma cisão. São criadas três empresas de geração (Cesp Tietê, Cesp Paranapanema e Cesp Paraná, as duas primeiras depois vendidas a investidores estrangeiros). A venda ocorreu condicionada à expansão de 15% de oferta de energia dentro do Estado, cláusula que jamais foi cumprida, apesar de os sindicatos entrarem com duas representações no Ministério Público. Também é criada uma de transmissão (Cteep, que depois encampou a EPTE, oriunda da cisão da Eletropaulo, também desestatizada), vendida ignorando-



-se R\$ 600 milhões em caixa. A Cesp Paraná, com 7.455,30MW de potência instalada, foi a leilão por duas vezes, em 2001 e em 2008, sendo estipulado um valor mínimo de venda de R\$ 3,3 bilhões, mas devido a dívidas acumuladas e a protestos de sindicatos, ambas licitações fracassaram. Posteriormente, o Governo Dilma Rousseff não renovou a concessão de três usinas da companhia, promovendo na sequência o leilão e venda dessas, com pagamento de indenizações à Cesp, sendo que só pela Usina de Três Irmãos estipulou uma quantia

de R\$ 1,7 bilhão, e o Governo de São Paulo entrou com recurso requerendo a quantia de R\$ 7 bilhões – anteriormente pedia pela venda da companhia R\$ 3,3 bilhões.

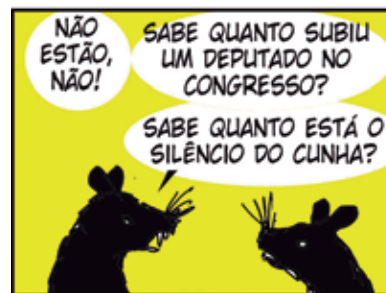
Em setembro de 2017 estará de novo na mira a Cesp, que hoje abrange as usinas de Porto Primavera, no Rio Paraná, e de Jaguari e Parai-buna, no Vale do Paraíba. Em audiência pública no dia 13 de julho, as principais dúvidas, como preço mínimo, montante das dívidas existentes e como elas serão tratadas e, por fim, a data do leilão, não foram esclarecidas. O edital de venda ainda não foi apresentado.

O processo neoliberal de venda do patrimônio público paulista transcorreu de forma errônea. Os preços mínimos, avaliados pelo fluxo de caixa das empresas originárias da cisão da Cesp, não foram determinados levando-se em conta os valores devidos. Não consideraram, por exemplo, o patrimônio imobiliário e o conhecimento técnico. Também ignoraram as recomendações dos sindicatos sobre a política energética no Estado e no Brasil. Pior: nada do que foi arrecadado com as vendas foi usado para promover o desenvolvimento. Somente foi utilizado para apagar o fogo resultante de dívidas não devidamente discutidas com o contribuinte paulista.

O SEESP é contra a privatização da Cesp e lutará para evitar a venda. A experiência no setor elétrico demonstra que tal ação só gera desemprego, elevação de preços e queda na qualidade dos serviços.

Oswaldo Passadore é engenheiro  
eletricista, diretor do SEESP

ESTÁ DIFÍCIL PARA  
TODO MUNDO



Sua ART pode beneficiar o  
Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio:  **CREA-SP**

**Amplie o horizonte de sua empresa**

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em

[www.seesp.org.br/publicidade/](http://www.seesp.org.br/publicidade/)

ou pelos telefones:

(11) 99173-0651 - (11) 3284-9880





# Os *riscos da privatização* do saneamento

Rosângela Ribeiro Gil

EM MARÇO ÚLTIMO foram anunciados mais 55 projetos do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), entre esses a desestatização de 14 empresas estaduais de saneamento. Na sequência, em maio, o governo sancionou a Lei Complementar 159, que prevê a privatização de ativos estaduais, como os de saneamento, como contrapartida para o recebimento de ajuda financeira da União.

“Não tem sentido o governo falar que vai privatizar para corrigir *déficits* públicos, que não provêm da área de saneamento, inclusive”, destaca Manuel Carlos de Moraes Guerra, presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Presidente Prudente e engenheiro há 30 anos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Também é falsa a ideia de que a privatização do setor vai atrair novos capitais, suprir a dificuldade pública de investimento ou garantir maior eficiência ao setor, como apontou Leo Heller, relator especial das Nações Unidas para água e saneamento e pesquisador da Fiocruz-Minas, em entrevista à *Rádio CNB* mineira, em agosto de 2016. “É temerosa a proposta do governo federal de recomendar aos estados brasileiros a privatização do saneamento”, vaticina. Guerra ratifica: “Garantir água de qualidade e tratar o esgoto são atividades custosas, que exigem compromisso com a população. A iniciativa privada tem como objetivo o lucro. São perfis incompatíveis com o saneamento.”

Além de não ser solução para o grave quadro atual, esse caminho pode representar

piora. Em dezembro de 2016, resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o saneamento básico como um direito humano. Mais de 2,5 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso a banheiros e sistemas de esgoto adequados. No Brasil, segundo o Atlas de Saneamento 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a rede coletora ainda está ausente em 2.495 municípios – 44,8% do total. Grande parte em estados das regiões Nordeste e Norte do País, com destaque para Bahia, Maranhão, Piauí e Pará, dentre outros.

Garantir água de qualidade e tratar esgoto exigem alto investimento e compromisso com a população, o que é incompatível com desestatização, apontam especialistas.

O relator da ONU salienta: “É mais provável que o setor privado tenha mais eficiência nessa área ao assumir um sistema de água e esgoto que já está universalizado, quando todas as pessoas estão incluídas, quando não existe necessidade de expansão do sistema. Aí a concessionária vai apenas operar, e arrecadar bem.” Senão, pondera, a privatização se torna um grande risco, caso do Brasil. “A maior parte das cidades ainda não tem universalização com qualidade, esse processo dependerá de muito investimento.”

Guerra observa que a Sabesp teve lucro de quase R\$ 3 bilhões em 2016, mesmo fazendo obras emergenciais para superar a crise hídrica que aconteceu na Capital em 2014 e dando continuidade à universalização dos serviços e às ligações de água, ao avanço do tratamento de esgoto nas cidades do Interior. “Ou seja, a gestão pública bem administrada dá muito certo. O problema é a ingerência política dentro dessas empresas; resolvendo isso, o setor público é

o único que tem compromisso com a universalização dos serviços”, defende.

A companhia paulista – empresa de economia mista desde 2002, mas cuja gestão é do governo estadual – tem os índices mais altos na cobertura do tratamento da água e do esgoto do País. “É um exemplo, tem uma estrutura autossuficiente e consegue caminhar à universalização. Também podemos citar as companhias dos estados de Minas Gerais (Copasa) e do Paraná (Sanepar).” Ele questiona os argumentos de que gestão pública não é eficiente: “Isso não é verdade.”

## Na contramão

O que chama a atenção de Heller é o País desconsiderar as experiências já consolidadas de 30 ou 40 anos em outras nações. Estudo da ONU de 2014 mostra tendência global de reestatização desses serviços, com 180 casos de remunicipalização do fornecimento de água e esgoto em 35 países, em cidades como Paris (França), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Budapeste (Hungria), La Paz (Bolívia) e Maputo (Moçambique).

Guerra explica que nesses casos, depois de um tempo, como as empresas tinham de manter o lucro, deixaram de investir, tornaram o sistema obsoleto, obrigando o Estado a intervir para poder voltar a oferecer um serviço seguro e de qualidade. “O aumento da população nos centros urbanos vai exigir sempre que se busque, por exemplo, água cada vez mais longe, como é o caso da capital paulista, e se faça esgotamento sanitário também crescente e mais distante. Imagine se isso vai ser feito pela iniciativa privada que só quer o lucro?”, provoca.

O profissional da Sabesp lamenta que um serviço público de tal magnitude fique atrelado ao levantamento de “caixa” ou a questões ideológicas. Para ele, melhor seria o governo abrir um debate sério sobre a questão com os profissionais ligados diretamente ao setor, como os engenheiros, e os da área da saúde. “Vamos perguntar aos médicos sobre a queda que houve, comparando São Paulo a outros estados, das doenças por veiculação hídrica”, explanou.



Valter Campanato/Agência Brasil

Em muitas cidades, brasileiros ainda convivem com esgoto a céu aberto, quadro que não deve ser solucionado com desestatização, pelo contrário.



# APOSTAR EM *superação da crise* E GARANTIR DIFERENCIAL

Soraya Misleh

COMO PROFISSÃO do desenvolvimento por excelência, a engenharia é fortemente afetada em momentos de crise, como o atual. A conjuntura tem ampliado o desafio de jovens e futuros profissionais na busca de seu primeiro estágio ou emprego na área. Um dos grandes contratantes, o setor de construção civil, por exemplo, somente em junho último contratou 26.625 trabalhadores e demitiu 31.789 em São Paulo, variação negativa aproximada de 5,1%.

Nos últimos 12 meses, esse percentual é ainda superior: -13,13%. O quadro nacional não é muito diferente (-11,36%). Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged-MTE). A situação se repete em outros segmentos. A boa notícia, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 20 de julho, é que a construção pesada, ao menos em São Paulo, parou de demitir, mas ainda levará algum tempo para se recuperar, diante da perda de 12,5% de seus postos de trabalho no último ano.

Uma saída seria retomar as 5 mil obras de infraestrutura paralisadas no País, o que tem sido defendido pelo SEESP e Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Essa é também a visão do estudante de Engenharia Mecânica da Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) Gilberto Carneiro da Silva. Apreensivo com o futuro, mas otimista, ele observa: “A qualquer momento, a economia vai aquecer novamente. É quando a engenharia vai se destacar. São muitas obras paradas e infraestrutura que precisa ser retomada.”

## Valorização profissional em xeque

“O maior medo é não conseguir valorização plena, já que a crise tem levado muitos profissionais a aceitarem salários menores do que o piso (*estipulado pela Lei 4.950-A/66 em nove salários mínimos vigentes no País para jornada diária de oito horas*)”, aponta Gabriel Arthur Casemiro Matos, estudante de Engenharia Civil da Universidade Estácio de Sá, que revela estar “há muito tempo procurando estágio”. Recém-formado na modalidade e em busca de trabalho, Fabrício Campos Rebouças faz coro ao futuro colega

de profissão e indigna-se: “O curso é difícil e desafiador, não podemos nos submeter a ganhar abaixo do mínimo que foi conquistado com tantos anos de luta. O mercado vai melhorar, temos que nos manter firmes.”

Estudante de Engenharia Civil na Universidade Nove de Julho (Uninove) e trabalhando como auxiliar de escritório, Gleybson Lopes Rocha aponta um dos grandes problemas enfrentados: “A crise fez com que muita gente ficasse desempregada, e o pessoal ou aceita trabalhar pelo valor que será oferecido ou vai passar fome.”

## Caminhos a seguir

A despeito disso, acredita que essa situação será superada. “O Brasil tem um grande *déficit*, praticamente não temos estradas de boa qualidade e essa é uma área em que podemos atuar. Outra é em pequenas reformas. Temos que levar informação à sociedade de que contratando um engenheiro será mais fácil e econômico”, destaca. Trabalhando há três anos como orçamentista de obras, o também estudante de Engenharia Civil da Uninove indica o setor de gestão e engenharia de custos como outra alternativa aos jovens profissionais. “A área que eu trabalho é reforma de alto padrão, um ramo que a crise não abalou tanto. Com o conhecimento que adquiri, quero ser consultor no segmento, e a perspectiva é boa”, afirma.

Estagiária no Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, a estudante do último semestre de Engenharia Mecânica da Uninove Jéssica Trindade, por sua vez, aposta em mais oportunidades na área de produção, muito ampla. Portanto, planeja pós nesse segmento ou na modalidade ambiental. Ela vivenciou a crise em seu primeiro estágio na área de projetos em



Em reunião do Núcleo Jovem, futuros engenheiros falam sobre perspectivas profissionais.

empresa de metalurgia de médio porte, quando viu o quadro funcional ser reduzido de 300 para 100 trabalhadores. Trindade conseguiu a atual colocação por meio de indicação. “É importante o jovem manter um *networking*.”

Rebouças reforça o apoio do SEESP, ao colocar à disposição o Núcleo Jovem, sob coordenação da jovem engenheira sanitarista e ambiental Marcellie Dessimoni. Ainda na sua concepção, o mercado está “muito exigente”, o que piora no momento de crise. O estudante de Engenharia Civil da Uninove Carlos Henrique Santos Alves recorreu ao sindicato e recomenda: “Fiz *coaching* de carreira no Departamento de Oportunidades e Desenvolvimento e valeu muito a pena.”

Para Lucy Anne de Omena Evangelista, estudante do sexto semestre de Engenharia de Inovação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), é preciso apresentar diferencial. “Acredito que minha formação, que permite identificar dificuldades e pensar novas soluções, oferece isso”, entusiasma-se.

Apesar de compartilhar da insegurança de quem está prestes a ingressar no mercado de trabalho, a angolana Evalina César Cassule, que veio ao Brasil cursar engenharia ambiental, acredita que é necessário outro olhar. “Sou estrangeira, estou sozinha, ou me viro ou me viro”, brinca ela, que acabou de se formar. Nessa situação, considera que não se pode ficar preso ao argumento da crise, que é real: “A vida é um barco, devemos entrar nele e remar.”

*Desafios são grandes, mas estudantes e recém-formados vislumbram retomada da economia. Estão ainda atentos a possibilidades para inserção no mercado, com valorização profissional.*



# Em luta por valorização e melhores salários

Deborah Moreira

UM ANO DEPOIS de terem conquistado o piso de R\$ 7.032,90 e carreira própria, os engenheiros da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) estão novamente em campanha salarial para reivindicar reposição das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos 12 meses, com base no Índice do Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICV do Dieese), entre outros pontos.

A pauta de reivindicações foi aprovada em assembleia e protocolada na administração pública do município em 5 e 10 de abril último, respectivamente. Além do reajuste e reconhecimento da data-base em 1º de maio, consta a elevação do piso, conforme estabelecido na Lei 4.950-A/1966, que regulamenta a remuneração da categoria a valor equivalente a nove salários mínimos por oito horas diárias (R\$ 8.433,00).

Outro ponto é o reajuste do auxílio-refeição, que atualmente é de R\$ 352,88 mensais, para 30 créditos de R\$ 33,00, estendido ao período de férias e licença-gestante, retroativo à data-base. O auxílio-alimentação (R\$ 321,67), que deixou de fazer parte dos rendimentos dos engenheiros neste ano, por conta da instituição do piso, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2017, também compõe a pauta. “Antes, os engenheiros tinham um piso inicial de R\$ 2.600,00, menos de três salários mínimos, o que lhes dava direito, dentro da Lei 12.858/1999, que institui um teto para receber o benefício. É preciso alterar essa legislação para que possamos continuar recebendo”, explica o delegado sindical do SEESP Frederico Okabayashi.

Atualmente, existem 1.200 engenheiros e arquitetos ativos na Prefeitura de São Paulo, além dos 26 geólogos que foram incluídos na Lei 16.414/2016, relativa ao reequadramento das funções desses e ao regime de remuneração por subsídios. Pelo menos metade dos profissionais está em início de carreira e foi beneficiada pelo piso.

Desde quando foi protocolada a pauta, a única contraproposta feita pela Prefeitura, no Sistema de Negociação Permanente (Sinp), foi um percentual de 7,42% para o auxílio-refeição e 0,01% de reajuste salarial, o que foi rejeitado pelo sindicato. O SEESP aguarda agendamento de reunião setorial com os engenheiros. “Recebemos essa proposta (*de 0,01%*) de um representante do governo. Ainda é preciso muita luta para conquistar o mínimo necessário a qualquer trabalhador e servidor público, que é a reposição das perdas inflacionárias do período”, completou Okabayashi.

A reestruturação do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), incluindo o compromisso dos engenheiros em participar do estudo a sua recuperação para atendimento exclusivo dos servidores, também faz parte da pauta da categoria.

Assim como assistência médica e odontológica; cumprimento do artigo 21 da Lei Municipal 14.125/2005, regulamentada pelo Decreto 48.084/2006, que garante a defesa dos engenheiros pela Procuradoria-Geral do Município em ações jurídicas relativas ao exercício de suas atividades; realização de concurso público; entre outros.

de inúmeras assembleias e reuniões de grupos de estudos, que geraram diversos levantamentos sobre a evolução da legislação referente aos servidores. Várias iniciativas foram realizadas em conjunto com os arquitetos.

Desde 2007, os engenheiros não tinham reposição da inflação – as perdas ultrapassavam os 60% –, por conta, entre outros motivos, da Lei Salarial 13.303/2002, ainda em vigor, que permite ao Executivo reajustar os salários em 0,01%, cuja reversão é bandeira de luta da categoria.

## Novos delegados sindicais do SEESP

Em assembleia no dia 28 de junho último, foram eleitos 14 novos delegados sindicais do SEESP na Prefeitura de São Paulo. São eles:

- Alexandre Luiz Cavalcanti Valdez**  
Prefeitura Regional da Mooca
- Carlos Eduardo de Lacerda e Silva**  
Prefeitura Regional da Mooca
- Demétrio Cardoso Lobo**  
Depto. de Edificações – Secretaria de Serviços e Obras
- Denise Lopes de Souza**  
Secretaria Municipal de Serviços e Obras
- Deodoro Antonio Oliveira Vaz**  
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
- Douglas de Paula D’Amaro**  
Secretaria da Educação
- Elis Aparecida de Moura**  
Prefeitura Regional do Jabaquara
- Emílio de Souza Lima**  
Secretaria da Educação
- Francisco Gallego Pereira**  
Assess. Técn. de Obras e Serv. – Secr. Coord. das Prefeituras Regionais
- Frederico Jun Okabayashi**  
Depto. de Parques e Áreas Verdes – Secr. do Verde e do Meio Ambiente
- José Luiz Amadio**  
Coord. de Atividade Especial e Segurança de Uso – Secr. de Urbanismo e Licenciamento
- Luiz Carlos Rodrigues Garcia**  
Prefeitura Regional de São Mateus
- Onélio Argentinho Junior**  
Secretaria de Segurança Pública
- Sérgio Ferreira de Souza**  
Prefeitura Regional de Santana

## Engenheiros da Prefeitura de São Paulo em campanha reivindicam reposição das perdas inflacionárias e benefícios.



Beatriz Almeida

Assembleia dos engenheiros na sede do SEESP, na Capital, em 28 de junho último, quando foram eleitos novos delegados sindicais junto à Prefeitura.

## Histórico

Na administração passada, os engenheiros da PMSP iniciaram uma campanha pela reestruturação e valorização da carreira. Apresentava-se como contraponto ao projeto da gestão Fernando Haddad, que propunha a substituição dos vencimentos por subsídio para os servidores, nivelando todos a um mesmo patamar salarial, sem levar em conta as especificidades de cada categoria e retirando conquistas históricas. Diante disso, os engenheiros realizaram diversas mobilizações, incluindo manifestações públicas, ações diretas como *blitz* em farol e doação de sangue, greve e paralisações pontuais, além



# As engenharias no meio rural brasileiro

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1973, tem em seu quadro 2.109 engenheiros. Desses, 1.535 são da área de agronomia e 574 de outras modalidades, como ambiental, civil, alimentos, eletrônica, metalúrgica etc., segundo informação da Secretaria de Comunicação dessa instituição pública.

“O meio rural no País requer atualmente muitos profissionais do Sistema Confea/Crea”, atesta o coordenador de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa), Édson Luis Bolfe. Formado em Engenharia Florestal em 1999, mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, e doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o pesquisador, hoje com 43 anos de idade, ingressou na empresa aos 26, no concurso público de 2001.

Ele reforça que há espaço no campo para todas as profissões vinculadas à engenharia, com perspectiva de crescimento em função da grande tecnificação e inovação para os próximos anos. “Falo não apenas em termos de pesquisa na Embrapa, mas das grandes, médias e pequenas propriedades, assim como de *startups* focadas no meio rural”, observa. Bolfe pontua que o setor agrícola e agroindustrial é responsável por um terço dos empregos no País e por 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Por ser um dos segmentos mais dinâmicos da economia brasileira no momento e para fazer frente à demanda por alimentos no mercado interno e no mundo, atendendo diferentes tipos de consumidores, ele ressalta que o profissional da pesquisa agropecuária precisa



ter “um perfil inovador, que vê o processo produtivo como um todo”. Significa, como prossegue, pensar não apenas no manejo de uma cultura agrícola, mas em sistemas mais integrados e diversificados: “Na produção animal, garantir o conforto e o bem-estar. Desenvolver equipamentos, maquinários, sensores, dentro da perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais.”

Como instituição pública, Bolfe diz que a Embrapa tem a missão de desenvolver pesquisas e inovações com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo. “Aí envolvemos ações de todas as modalidades das engenharias. Trabalhamos com conceitos que envolvem questões como mudanças climáticas, agricultura de baixo carbono, nanotecnologias, biotecnologias, geotecnologias, análise dos recursos naturais, como clima, solo, água.”

## Embrapa

A empresa, segundo descreve ele, atua em vários setores da cadeia produtiva, desde a pesquisa para melhorar a produção de grãos (como soja, trigo, milho, feijão, arroz) até a produção de carnes, leite, ovos e florestal (celulose e fibras). “Desenvolvemos pesquisas em mais de 100 produtos agrícolas e inúmeros sistemas.” Bolfe salienta que o meio rural brasileiro, nos anos 2000, é bem diferente do campo dos últimos 45 anos. “Se nas décadas de 1960 e 1970 éramos grandes importadores de alimentos – com exceção de algumas *commodities*, como café e açúcar –, hoje somos grandes exportadores de produtos agrícolas, carnes e derivados, graças ao trabalho das várias modalidades da engenharia que atuam na Embrapa e também em outros institutos de pesquisas e das universidades.”

O campo, para Bolfe, é promissor para os profissionais da categoria, lembrando que o Brasil precisa se desenvolver mais em termos de agregação de valor aos produtos agrícolas e derivados. Além disso, arremata ele, o mundo digital chegou com grande poder de transformação, e mais de 50% das propriedades rurais já têm acesso à internet. “Como exemplo, uma área de grande crescimento é a da geotecnologia, que envolve os vants (*veículos aéreos não tripulados*), agricultura de precisão. Tudo isso é muito inovador e tem apoiado os processos de pesquisa e desenvolvimento rural.”

## Qualificação

### Engenheiro empreendedor

O SEESP mantém o programa “Engenheiro empreendedor”, atualizado regularmente, com oferta de diversos cursos de qualificação e aperfeiçoamento para seus associados e dependentes a preços especiais. A seguir, alguns desses cursos (*confira a lista completa em <https://goo.gl/SxkN8s>*):

### Desafio da liderança por resultados

10 de agosto, 19h às 22h

**Objetivos:** Orientar a desenvolver competências humanas, a liderança e a forma de agir em determinadas situações; atitudes e comportamentos do líder; impactar e influenciar empregados para atingirem as metas.

### Programa de eficiência energética

12 e 19 de agosto, 9h30h às 13h

**Objetivo:** Identificar, planejar e executar ações referentes à redução de custos de energia e ao uso sustentável da água nos mais diferentes tipos de empreendimento comercial ou de serviços.

### Gestão de projetos

21, 24 e 25 de agosto, 18h30 às 22h30

**Objetivo:** Oferecer conhecimentos aos profissionais envolvidos com a gestão, controle e análise de projetos de engenharia, visando a otimização de resultados quanto à qualidade dos projetos civis e industriais, custos e prazos.



**ISITEC**  
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

EXCELÊNCIA EM EDUCAÇÃO

Conheça os nossos cursos

[www.isitec.org.br](http://www.isitec.org.br)

R. Martiniano de Carvalho, 170 – São Paulo/SP – Tel: (11) 3254-6850 e 3294-9697

Fernanda Ottoni/Embrapa



**Édson Luis Bolfe: há espaço no campo para todas as profissões vinculadas à engenharia.**



## Vitória dos profissionais da CET

O SEESP conquistou importante vitória em benefício dos engenheiros da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-SP). A empresa deverá cumprir a Lei Federal nº 4.950-A/66 e pagar aos profissionais o piso da categoria, conforme decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 3 de julho. A sentença refere-se ao Dissídio Coletivo de Greve

de 2013, e a companhia terá de fazer a quitação retroativa aos empregados que vinham recebendo salários abaixo do que é determinado pela legislação.



## Isitec e Univem firmam acordo de cooperação técnica

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo SEESP, e o Centro Universitário Eurípides de Marília (Univem) assinaram, em 3 de julho, acordo de mútua cooperação, visando o desenvolvimento conjunto de trabalhos em áreas de interesse comum. As instituições reunirão esforços para realizar ações como intercâmbios de experiências entre docentes, pesquisadores, estudantes e profissionais; participação em seminários, congressos e encontros técnicos, acadêmicos e científicos; programas de orientação em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária; programas para desenvolvimento de cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu*; e promoção de cursos de curta duração.



Antonio Octaviano (Isitec) e Luiz Carlos de M. Soares (Univem).

## Acordos Coletivos

**Cesp** – Aprovado em 30 de junho último reajuste de 3,60% aos profissionais da empresa.

**AES Tietê** – No dia 4 de julho foi aprovada proposta de reajuste de 3,60%, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPCA-Fipe), vales refeição e alimentação em 8,01% e auxílios creche e babá em 3,78%, entre outros itens negociados pela categoria.

**SPTrans** – Reajuste de 4,08% pelo IPCA-Fipe apurado entre maio de 2016 e abril de 2017 sobre os salários vigentes na data-base (1º de maio), extensivo ao auxílio-alimentação, no dia 5 de julho.

**EMTU** – No dia 12 de julho foi confirmada a proposta apresentada, que contempla 3,71% para correção dos salários, referente ao Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), extensivo aos benefícios de caráter econômico.

**CDHU** – Os engenheiros, com data-base em 1º de maio, aprovaram reajuste salarial de 3,71% no dia 12 de julho.

**Cteep** – Após jornada de assembleias realizadas em julho, profissionais aprovaram 3,60% de reajuste salarial.

## Greve na CPTM contra redução de salários

Engenheiros da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) estão mobilizados após decisão da empresa de diminuir salários. A companhia repercutiu aviso, após decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o dissídio coletivo referente à data-base de 2011, informando que pretende aplicar uma redução de 3,51% na tabela salarial. O desconto seria para diminuir o percentual de aumento

real obtido naquele ano, após julgamento da greve da categoria.

O SEESP protocolou ofício em 18 de julho comunicando sobre a deliberação dos profissionais da companhia de deflagração de movimento paredista a partir de 1º de agosto. A paralisação seria confirmada em assembleia no dia 31 de julho. O documento esclarece que a entidade mantém-se aberta à negociação.



Reginaldo Necchi/Destihis

**Usiminas** – Um dos grandes avanços do acordo aprovado em assembleia realizada na Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista no dia 11 de julho (foto) foi o aumento da licença-maternidade de 120 para 180 dias. O reajuste salarial ficou em 4,5%, sendo 4% retroativos à data-base (1º de maio) e 0,5% a partir de setembro próximo. A garantia do piso salarial dos engenheiros foi preservada. Além disso, foi mantida a cláusula de emprego na pré-aposentadoria.

## Assinadas convenções de trabalho da Fiesp e da Fecomercio

O SEESP firmou, em sua sede na Capital, em 7 de julho, as convenções coletivas de trabalho junto aos representantes das federações da indústria (Fiesp) e do comércio, bens e serviços do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Foi fechado reajuste de 3,99% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As federações, inicialmente, ofereceram apenas 80% do índice. O acordo manteve direitos já conquistados, como, no caso da Fecomercio, o pagamento



Assinatura na sede do SEESP, na Capital, em 7 de julho.

do piso salarial (Lei nº 4.950-A/66), assim como a ultratividade da norma. Esta última trata da integração de acordos ou convenções

## Como a engenharia pode aprimorar segurança alimentar

A importância e a representatividade do agronegócio na economia brasileira e o aproveitamento do seu potencial a partir da engenharia estarão em debate no seminário “Inovação, segurança alimentar e logística”, que será realizado no dia 4 de agosto, no auditório do SEESP, na capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista). O seminário é uma realização da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), juntamente com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com o apoio do sindicato, do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU). Mais informações e inscrições pelos telefones (11) 3113-2641 e (61) 3225-2288 ou *e-mails* [sindical@seesp.org.br](mailto:sindical@seesp.org.br) e [secretaria@fne.org.br](mailto:secretaria@fne.org.br).



coletivas aos contratos individuais e assegura que modificações possam ser feitas somente por negociação coletiva de trabalho.